

ÍNDICE

<i>Apresentação da 7ª edição</i>	XXXI
<i>Apresentação da 6ª edição</i>	XXXIII
<i>Apresentação da 5ª edição</i>	XXXV
<i>Apresentação da 4ª edição</i>	XXXVII
<i>Apresentação da 3ª edição</i>	XXXIX

Parte I

DO DIREITO MATERIAL

Capítulo I — DIREITOS MATERIAIS DIFUSOS	3
1. Introdução	3
2. Direitos difusos	5
2.1. Transindividualidade	6
2.2. Indivisibilidade	6
2.3. Titulares indeterminados e interligados por circunstâncias de fato	6
3. Direitos coletivos <i>stricto sensu</i>	8
3.1. Transindividualidade e determinabilidade dos titulares	9
3.2. Indivisibilidade do objeto	9
4. Direitos individuais homogêneos	9
4.1. Critério de distinção dos direitos	10
Capítulo II — POLÍTICA NACIONAL DO MEIO AMBIENTE	11
A) <i>Introdução</i>	11
1. Noções propedêuticas	11

2. Visão antropocêntrica do direito constitucional ambiental	15
2.1. A pessoa humana como destinatária do direito ambiental	15
2.2. A vida em todas as suas formas como destinatária do direito ambiental	18
3. Definição legal de meio ambiente	19
4. Classificação do meio ambiente	20
4.1. Meio ambiente natural	20
4.2. Meio ambiente artificial	21
4.3. Meio ambiente cultural	22
4.4. Meio ambiente do trabalho	22
4.5. O patrimônio genético	23
4.5.1. O patrimônio genético (art. 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal	23
4.5.2. O patrimônio genético da pessoa humana (arts. 5º e 225, § 1º, II e V) como direito tutelado pelo art. 5º, XXXV, da Constituição Federal: a tutela jurídica do ADN e do ARN	25
<i>B) Princípios do direito ambiental na Constituição Federal de 1988 ...</i>	26
1. Noções preliminares	26
2. Princípio do desenvolvimento sustentável	27
3. Princípio do poluidor-pagador	30
3.1. Responsabilidade civil objetiva	31
3.2. Prioridade da reparação específica do dano ambiental	33
3.3. Poluidor	34
3.4. Dano ambiental	36
3.5. O dano e suas classificações	37
3.6. Solidariedade para suportar os danos causados ao meio ambiente	38
4. Princípio da prevenção	39
5. Princípio da participação	41
5.1. Informação ambiental	42
5.2. Educação ambiental	43
5.3. Política Nacional de Educação Ambiental	44

6. Princípio da ubiqüidade	45
<i>C) Responsabilidade pelos danos causados ao meio ambiente</i>	<i>46</i>
1. Introdução	46
1.1. Inexistência de <i>bis in idem</i>	47
2. Responsabilidade civil	47
3. Responsabilidade administrativa	48
3.1. Fundamentos constitucionais da responsabilidade administrativa em matéria ambiental. Poder de polícia em matéria ambiental	48
3.2. Regime da responsabilidade administrativa em face de condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente. Responsabilidade objetiva. Cláusula <i>due process</i>	51
3.3. Sanções administrativas no âmbito infraconstitucional. A Lei n. 9.605/98, o conceito de infração administrativa ambiental e o destino dos valores arrecadados em pagamento de multas	53
4. Responsabilidade penal pelos danos causados ao meio ambiente ..	54
4.1. A distinção entre o ilícito civil e o ilícito penal	54
4.2. Tutela penal do meio ambiente	56
4.3. Responsabilidade penal da pessoa jurídica	56
Capítulo III — BENS AMBIENTAIS	58
1. Introdução	58
2. Classificação dos bens quanto à titularidade: bem público e bem particular	58
2.1. A dicotomia entre o bem público e o bem privado	59
3. A distinção entre os bens públicos e os bens difusos	61
4. Os bens ambientais	63
4.1. Bem de uso comum do povo	64
4.2. Bem essencial à sadia qualidade de vida	64
5. Piso vital mínimo	64
6. Os bens ambientais atribuídos a entes federados	65
7. A natureza jurídica do bem ambiental e o direito de propriedade ...	66

Capítulo IV — COMPETÊNCIA EM MATÉRIA AMBIENTAL	74
1. Noções propedêuticas	74
2. Competências constitucionais em matéria ambiental	74
2.1. País e forma de Estado	74
2.2. Estado Democrático de Direito	75
2.3. Território e forma de Estado	75
2.4. Federalismo	75
2.5. Soberania e autonomia	76
3. Critério de repartição de competências: predominância do interesse	76
4. Classificação das competências	77
4.1. Competência legislativa	77
4.2. Competência material	78
5. O Município e a sua importância fundamental e preponderante na tutela da sadia qualidade de vida	79
Capítulo V — LICENCIAMENTO AMBIENTAL E ESTUDO PRÉVIO DE IMPACTO AMBIENTAL	81
1. Licenciamento ambiental e licença administrativa	81
2. Natureza jurídica do licenciamento ambiental	82
3. Licenciamento ambiental: a sua discricionariedade	82
4. Procedimento administrativo	83
4.1. Etapas do licenciamento	84
4.1.1. Licença prévia	84
4.1.2. Licença de instalação	84
4.1.3. Licença de operação	85
5. Estudo prévio de impacto ambiental (EIA/RIMA)	85
5.1. RIMA — relatório de impacto ambiental	87
5.2. A disciplina constitucional do estudo de impacto ambiental ..	87
5.3. Equipe multidisciplinar	88
5.4. RAIAS — relatório de impacto ambiental	89
5.5. Responsabilidade civil	90

5.6. Exigência do EIA/RIMA: ato vinculado ou discricionário? ...	91
6. Competência para o licenciamento	92
7. A incidência do EIA/RIMA em todos os aspectos do meio ambiente	93
8. Audiência pública	93
8.1. Obrigatoriedade	93
8.2. Local da audiência pública	93
8.3. Momento do requerimento	93
8.4. Função da audiência pública	94
9. Direito de o empreendedor desenvolver sua atividade em face de EIA/RIMA favorável no âmbito do Direito Ambiental Brasileiro	94

Capítulo VI — ZONEAMENTO AMBIENTAL E ESPAÇOS ESPECIALMENTE PROTEGIDOS

1. Princípio do desenvolvimento sustentável	97
2. Espaços ambientais	97
2.1. Espaços territoriais especialmente protegidos	98
2.1.1. Unidades de conservação: Unidades de Proteção Integral e Unidades de Uso Sustentável	98
2.2. Zoneamento ambiental	100
2.2.1. Classificações do zoneamento ambiental	101
2.2.1.1. Zoneamento para pesquisas ecológicas	101
→ 2.2.1.2. Zoneamento em áreas de proteção ambiental (APAs)	101
2.2.1.3. Zoneamento nos parques públicos	101

Capítulo VII — FLORA E ASPECTOS DE DEFESA

1. Conceito e características	102
2. Competência constitucional	102
3. O Código Florestal como norma geral	103
4. Natureza jurídica das florestas	103
4.1. Classificações	104
4.1.1. Quanto à preservação	104

4.1.2. Quanto à variabilidade das espécies	105
4.1.3. Quanto ao tipo de reposição florestal	105
4.1.4. Quanto ao primitivismo	106
4.1.5. Quanto à exploração	106
5. Floresta Nacional	107
Capítulo VIII — FAUNA E ASPECTOS DE DEFESA.....	108
1. Introdução	108
2. Conceito e generalidades	109
3. Classificações quanto ao hábitat	110
4. Natureza jurídica da fauna	111
5. A fauna como bem ambiental	111
6. Finalidades da fauna	112
6.1. Função ecológica	112
6.2. Função ecológica e a introdução de espécies exóticas	113
6.3. A reintrodução de espécies e a função ecológica	113
6.4. Finalidade científica	113
6.5. Finalidade recreativa	114
6.6. Finalidade cultural	115
6.6.1. O conceito de crueldade	116
6.6.2. Farra do boi, rodeios e práticas religiosas	117
7. A fauna e a caça	118
7.1. Caça profissional	118
7.2. Caça de controle	119
7.3. Caça de subsistência	120
7.4. Caça científica	120
7.5. Caça amadorista	121
8. Rodeios de animais e a Lei n. 10.519/2002	122
9. Manifestações culturais, fauna e direito ambiental	125
Capítulo IX — RECURSOS HÍDRICOS	129
1. Introdução	129

2. Classificação	129
2.1. Quanto à sua localização com relação ao solo	129
2.2. Quanto ao uso predominante (conforme Resolução Conama n. 20/86)	129
3. Competência legislativa	130
4. Competência material	131
5. Poluição da água	131
6. O meio marinho e sua proteção	132
7. A proteção das águas doces	132
8. Poluição causada por lançamento de óleo em águas sob jurisdição nacional	133
9. Águas no novo Código Civil (Lei n. 10.406/2002)	135

Capítulo X — POLUIÇÃO SONORA..... 147

1. Conceito de som e ruído	147
2. Natureza jurídica do ruído	147
3. Efeitos do ruído	148
4. Avaliação da poluição sonora e a Resolução Conama n. 1/90	149
5. Classificação do ruído	150
5.1. Quanto ao aspecto temporal	150
5.2. Quanto ao aspecto do meio ambiente afetado	150
5.2.1. Meio ambiente urbano	150
5.2.1.1. Cultos religiosos	151
5.2.1.2. Bares e casas noturnas	153
5.2.1.3. Aeroportos	153
5.2.1.4. Indústrias	153
5.2.1.5. Veículos automotores	155
5.2.2. Meio ambiente doméstico	156
5.2.2.1. Eletrodomésticos	156
5.2.3. Meio ambiente do trabalho	157
5.2.4. Meio ambiente rural	158
6. Instrumentos ambientais de prevenção à poluição sonora	158
7. Alguns aspectos penais acerca da poluição sonora	159

Capítulo XI — POLUIÇÃO VISUAL	163
1. Introdução	163
2. Conceito de poluição visual	163
3. Princípio do desenvolvimento sustentável	164
4. A estética urbana	166
5. Limitações ao uso da propriedade por conta da proteção da estética	167
5.1. Fachada	167
5.2. Bairros e cidades tombados	168
6. Limitações de expressão em relação à forma e conteúdo por conta da proteção estética	169
6.1. Publicidade	169
6.2. A Lei dos Crimes Ambientais — Lei n. 9.605/98	171
6.3. Código de Trânsito Brasileiro — Lei n. 9.503/97	171
6.4. Propaganda eleitoral — Lei n. 9.504/97	172
 Capítulo XII — POLUIÇÃO ATMOSFÉRICA	 173
1. Introdução	173
2. Fenômenos da poluição atmosférica	173
2.1. <i>Smog</i>	173
2.2. Efeito estufa	173
2.3. Chuvas ácidas	174
3. Principais agentes causadores da poluição atmosférica	174
4. Tutela jurídica	174
5. Emissão de poluentes por veículos automotores e medidas pre- ventivas de tutela jurídica em face da poluição atmosférica — o <i>rodízio</i> de veículos automotores	175
 Capítulo XIII — POLUIÇÃO POR RESÍDUOS SÓLIDOS	 177
1. Lixo e resíduo	177
1.1. Conceito de resíduo sólido	178
2. A urbanização e o lixo urbano	178
2.1. Breve histórico	179

3. Natureza jurídica do lixo	180
3.1. O lixo como bem de consumo	181
4. Classificação dos resíduos sólidos	182
4.1. Resíduos hospitalares	183
4.2. Resíduos radioativos ou nucleares	183
4.3. Resíduos químicos	184
4.4. Resíduos comuns	184
5. Aspectos legais	184
6. Tipos de tratamento do resíduo urbano	186
6.1. Deposição	186
6.2. Aterragem	186
6.3. Aproveitamento energético dos aterros	186
6.4. Compostagem	187
6.5. Reaproveitamento energético de resíduos	187
6.5.1. Reaproveitamento energético direto	187
6.5.2. Reaproveitamento energético indireto	188
7. Causas agravantes do lixo urbano	188
7.1. Aumento de consumo	188
7.2. Produção de materiais artificiais	189
8. Importação e exportação de resíduos	189
Capítulo XIV — DIREITO DE ANTENA	191
1. Noções propedêuticas	191
2. Conceito	192
3. O espectro eletromagnético	193
4. Natureza jurídica do direito de antena	194
4.1. A utilização das ondas eletromagnéticas pelas rádios piratas	194
5. O direito de antena adaptado à transmissão da comunicação através do espectro eletromagnético	195
6. O direito de antena vinculado à captação da transmissão através do espectro eletromagnético	196
6.1. A defesa do consumidor	197
6.2. Participação do Estado Democrático de Direito	198

Capítulo XV — AGROTÓXICOS	199
1. Introdução	199
2. Agrotóxicos e a poluição	199
3. O tratamento jurídico dos agrotóxicos	200
3.1. Os agrotóxicos na Constituição Federal de 1988	200
3.2. A disciplina do Código de Defesa do Consumidor em relação aos agrotóxicos	200
3.3. Lei dos Agrotóxicos — Lei n. 7.802/89	201
4. Registro do produto agrotóxico e demais aspectos vinculados ao Decreto n. 4.074/2002	201
 Capítulo XVI — POLUIÇÃO POR ATIVIDADES NUCLEARES	 203
1. Conceito	203
2. Finalidades das atividades nucleares	203
3. Competência	204
4. Política nuclear na Constituição Federal	204
5. Conselho Nacional de Energia Nuclear — CNEN	205
 Capítulo XVII — PATRIMÔNIO GENÉTICO	 206
1. Noções preliminares	206
2. Patrimônio genético da pessoa humana e sua tutela jurídica	207
3. Patrimônio genético de outros seres vivos (espécime vegetal, fúngico, microbiano ou animal) e sua tutela jurídica	209
4. Breves comentários à Lei de Biossegurança — Lei n. 11.105, de 24 de março de 2005	210
 Capítulo XVIII — MEIO AMBIENTE CULTURAL	 220
1. Meio ambiente e patrimônio cultural	220
2. Conceito de patrimônio cultural	220
3. Natureza jurídica do patrimônio cultural	221
4. Competência sobre o patrimônio cultural	222
5. Tombamento ambiental	222

5.1. Conceito e características	222
5.2. Natureza jurídica	223
5.3. Classificação do tombamento ambiental	223
5.3.1. Quanto à origem da sua instituição	223
5.3.1.1. Instituído por lei	224
5.3.1.2. Por ato do Executivo	224
5.3.1.3. Por via jurisdicional	224
5.3.2. Quanto à eficácia	225
5.3.2.1. Provisório	225
5.3.2.2. Definitivo	225
5.3.3. Quanto ao bem a ser tombado	225
5.3.3.1. Bem público e bem difuso	226
5.3.3.2. Bem particular	226
6. Proteção internacional dos bens culturais	<u>226</u>
6.1. Procedimento para inscrição do bem na Lista do Patrimônio Cultural e Natural Mundial	227
6.2. Representatividade e universalidade da Lista do Patrimônio Cultural	227
6.3. Fundo para o Patrimônio Cultural e Natural Mundial	228
6.4. Tombamento pela Unesco?	228
6.5. O Brasil e os bens inscritos na Lista	229
7. Racismo	230
7.1. Conceito de raça	230
7.2. Origem e conceito	230
7.3. Tratamento constitucional	231
7.4. Meio ambiente e racismo	233
7.5. Previsões infraconstitucionais sobre o racismo	234
7.5.1. Histórico	234
7.5.2. Legislação aplicável	234
7.6. O racismo e a biotecnologia	236
8. Liberdade de crença e a tutela das religiões em face do meio ambiente cultural	237
8.1. Tutela da religião em face das culturas indígenas	239

8.2. Tutela da religião em face das culturas afro-brasileiras	240
8.3. Tutela da religião em face das culturas de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional: as igrejas cristãs	242
8.3.1. Tutela do catolicismo	242
8.3.2. Tutela do protestantismo (evangélicos).....	245
9. Defesa das línguas brasileiras como bem ambiental em face do meio ambiente cultural	246
9.1. Origem das línguas e a língua portuguesa	246
9.2. Tutela jurídica das línguas brasileiras em face do meio ambiente cultural	247
9.2.1. A tutela jurídica das línguas indígenas brasileiras	247
9.2.2. A tutela jurídica da língua portuguesa brasileira	249
9.2.3. Tutela jurídica das línguas africanas em face das culturas afro-brasileiras	250
10. Tutela jurídica do desporto em face do meio ambiente cultural e o Estatuto de Defesa do Torcedor (Lei n. 10.671/2003)	250
10.1. Meio ambiente cultural e desporto	250
10.2. Desporto e lazer.....	253
10.3. Entidades de prática desportiva e os direitos do torcedor .	254
Capítulo XIX — MEIO AMBIENTE ARTIFICIAL	256
1. Introdução	256
2. Objetivo da política de desenvolvimento urbano	257
2.1. Pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade	257
2.2. Garantia do bem-estar dos seus habitantes	258
3. Competência para a consecução dos objetivos de desenvolvimento da política urbana	259
4. Plano diretor	260
5. O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) como a mais importante legislação brasileira em matéria de tutela do meio ambiente artificial.....	261
5.1. Que é uma cidade? A cidade como bem ambiental	261
5.1.1. A tutela constitucional da cidade no âmbito do meio ambiente artificial	266

5.1.2. O Estatuto da Cidade (Lei n. 10.257/2001) como mais importante norma regulamentadora do meio ambiente artificial	268
5.1.3. A garantia do direito a cidades sustentáveis como diretriz geral vinculada aos objetivos da política urbana	270
5.1.3.1. Direito à terra urbana	271
5.1.3.2. Direito à moradia	272
5.1.3.3. Direito ao saneamento ambiental	273
5.1.3.4. Direito à infra-estrutura urbana	274
5.1.3.5. Direito ao transporte	275
5.1.3.6. Direito aos serviços públicos	276
5.1.3.7. Direito ao trabalho	276
5.1.3.8. Direito ao lazer	277
5.1.4. Considerações finais	278
5.2. Importância do Estatuto da Cidade para a denominada política urbana	279
5.3. Responsabilidade pela aplicação do Estatuto da Cidade	279
5.4. Instrumentos da política urbana destinados à tutela do meio ambiente artificial	279
5.5. Instrumentos de tutela do meio ambiente artificial em face de áreas urbanas não utilizadas ou não edificadas	280
5.6. Ação de Usucapião Ambiental Individual e Ação de Usucapião Ambiental Metaindividual: da usucapião especial de imóvel urbano	281
5.7. Meio ambiente artificial e concessão de uso em área pública ...	282
5.8. Direito de superfície em face do Estatuto da Cidade	282
5.9. Operações urbanas consorciadas em face do Estatuto da Cidade	283
5.10. Estudo de Impacto de Vizinhança (EIV) em face do meio ambiente artificial	283
5.11. O plano diretor como instrumento básico de tutela do meio ambiente artificial desenvolvido no Estatuto da Cidade	285
5.12. O Estatuto da Cidade vinculado aos Direitos Difusos e Coletivos: a ampliação da Lei n. 7.347/85 em decorrência do que estabelece a Lei n. 10.257/2001	288

Capítulo XX — ZONEAMENTO INDUSTRIAL E PARCELAMENTO DO SOLO	296
1. Introdução	296
2. Zonas de uso estritamente industrial	296
3. Zonas de uso predominantemente industrial	297
4. Zonas de uso diversificado	297
5. Zonas de reserva ambiental	298
6. Saturação das zonas industriais	298
7. Relocalização de indústrias	298
8. Parcelamento urbanístico do solo	299
8.1. Disciplina legislativa	300
8.2. Formas de parcelamento	300
8.2.1. Loteamento	300
8.2.2. Desmembramento	301
8.3. Aprovação do projeto de loteamento e desmembramento	301
8.4. Vedações ao parcelamento do solo	302
Capítulo XXI — MEIO AMBIENTE DO TRABALHO	303
1. Noções propedêuticas	303
2. Enfoque constitucional do meio ambiente do trabalho	304
3. Da segurança e saúde no trabalho	305
4. Conceito de trabalho	305
5. Embargo, interdição e greve	306
5.1. Considerações gerais	306
5.2. O princípio da prevenção e os instrumentos de proteção	307
5.3. Interdição e embargo	307
5.4. Greve ambiental	309
5.5. Competência da Justiça do Trabalho em face da defesa do meio ambiente do trabalho	309

Capítulo XXII — RECURSOS MINERAIS	311
1. Os recursos minerais como bens ambientais	311
2. A atividade econômica em face dos recursos minerais e seu controle em proveito da dignidade da pessoa humana: o Estudo Prévio de Impacto Ambiental	313
3. Operações econômicas de aproveitamento de jazidas e a lavra em face dos recursos minerais: a aplicação do Código de Minas (Decreto-lei n. 227/67) e da Lei n. 7.805/89	313
4. Pesquisa e lavra dos recursos minerais em terras indígenas	315
5. Participação do proprietário do solo nos resultados da lavra e a Lei n. 8.901/94	315

Capítulo XXIII — AUDITORIA AMBIENTAL NO DIREITO BRASILEIRO	317
1. Auditoria ambiental	317
2. Auditoria ambiental no Brasil: a ordem econômica em face dos bens ambientais	319
3. Auditoria ambiental em face das relações jurídicas de consumo: coletividade na condição organizada de fornecedora de bens ambientais e sua <i>performance</i>	320
4. Auditoria ambiental em face das relações jurídicas de consumo: o Estado fornecedor e sua <i>performance</i>	321
5. Algumas conclusões	322

Parte II

DO DIREITO PROCESSUAL

Capítulo I — OS DIREITOS METAINDIVIDUAIS E A NOVA ORDEM PROCEDIMENTAL — A JURISDIÇÃO CIVIL COLETIVA	327
1. Introdução	327
2. Aplicação subsidiária do Código de Processo Civil	328

3. Princípios inerentes à jurisdição civil coletiva	329
3.1. Princípio do acesso à justiça na jurisdição civil coletiva	329
3.2. Princípio da igualdade na jurisdição civil coletiva	331
4. A jurisdição civil coletiva e a busca da efetividade do processo	331

Capítulo II — CONDIÇÕES E ELEMENTOS DA AÇÃO

1. Introdução	333
2. Condições da ação	333
2.1. Possibilidade jurídica do pedido	333
2.2. Interesse	334
2.3. Legitimidade das partes	334
2.3.1. Legitimidade extraordinária e substituição processual	336
3. Elementos da ação	337
3.1. Partes	337
3.2. Pedido	338
3.3. Causa de pedir	338

Capítulo III — ANÁLISE DE ALGUNS ASPECTOS PROCESSUAIS GERAIS DA JURISDIÇÃO CIVIL COLETIVA

1. Legitimidade ativa	340
1.1. A legitimidade das associações civis	340
1.2. Natureza da legitimação ativa na jurisdição civil coletiva	341
1.3. A legitimidade do Ministério Público	342
2. Litisconsórcio entre os Ministérios Públicos	343
3. Legitimidade passiva	344
4. Desistência da ação	346
5. Intervenção de terceiros	346
6. Competência	348
7. Litispêndência	349
8. Conexão e continência	350
9. Ônus da prova	351

9.1. Momento da inversão	352
10. Liminares	354
11. Tutela antecipada da lide	355
12. Tutela específica	355
13. Recursos	357
14. Coisa julgada	358
15. Liquidação coletiva e execução coletiva	359
16. O valor arrecadado na condenação e o seu destino para o fundo criado pelo art. 13 da Lei n. 7.347/85	360
16.1. Fundo federal	361
16.2. Fundos estaduais	364
17. Prescrição na ação coletiva ambiental	370
Capítulo IV — AÇÃO CIVIL PÚBLICA AMBIENTAL	372
1. Noções propedêuticas	372
2. Breve histórico sobre a ação civil pública	373
3. Ação coletiva para a tutela dos direitos individuais homogêneos ...	373
4. Inquérito civil	375
5. Compromisso de ajustamento	376
5.1. Transação e compromisso de ajustamento de conduta	377
5.2. Homologação do compromisso de ajustamento	378
Capítulo V — AÇÃO POPULAR AMBIENTAL	379
1. Origens	379
2. Ação popular como instrumento de defesa vinculada a interesses difusos e sua evolução no ordenamento jurídico brasileiro	379
3. Objeto	381
4. Legitimidade ativa	382
5. Competência	384
6. Pressuposto de cabimento	384
7. Legitimidade passiva	385

Capítulo VI — MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO AMBIENTAL	386
1. Noções propedêuticas	386
2. Do mandado de segurança tradicional ao mandado de segurança coletivo	388
3. Do mandado de segurança e suas características	390
3.1. Mandado de segurança e mandado de segurança coletivo	390
3.2. O mandado de segurança coletivo e a legitimidade ativa	392
3.3. Partidos políticos, organizações sindicais, entidades de classe ou associações	394
3.4. Da cognição no mandado de segurança coletivo ambiental	396
3.5. O sujeito passivo do mandado de segurança ambiental	398
 Capítulo VII — MANDADO DE INJUNÇÃO AMBIENTAL ..	 400
1. Introdução	400
2. Pressupostos materiais de cabimento do <i>writ</i>	400
2.1. Ausência de norma regulamentadora	400
2.2. Inviabilidade de exercício dos direitos e liberdades constitucionais e das prerrogativas prescritas na norma	401
3. Objeto	402
4. Finalidade	403
5. Aplicabilidade e procedimento	404
6. Legitimidade ativa	406
7. Legitimidade passiva	407
8. Sentença em mandado de injunção	407

Parte III

DIREITO CRIMINAL AMBIENTAL

Capítulo I — DIREITO CRIMINAL CONSTITUCIONAL (CRIME, PENA E PRISÃO)	411
1. Fundamentos constitucionais do direito criminal	411

2. Fundamentos constitucionais do direito penal	411
2.1. Privação ou restrição da liberdade	412
2.2. Perda de bens	412
2.3. Multa	413
2.4. Prestação social alternativa	413
2.5. Suspensão ou interdição de direitos	414
2.6. Vedação de penas no direito constitucional em vigor	414
3. Fundamentos constitucionais da prisão	415

Capítulo II — DIREITO CRIMINAL AMBIENTAL E DIREITO PENAL AMBIENTAL

417

1. Fundamentos constitucionais do direito ambiental e a aplicação de sanções penais	417
1.1. Obediência aos fundamentos do Estado Democrático de Direito (art. 1º da CF)	417
1.2. Obediência aos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil (art. 3º da CF)	417
1.3. Adequação ao direito criminal constitucional e ao direito penal constitucional como instrumentos de defesa da vida de brasileiros e estrangeiros residentes no País (art. 5º da CF)	418
1.4. Adequação ao piso vital mínimo como valor fundamental a ser tutelado pelo direito criminal ambiental (art. 6º da CF)	418
1.5. Obediência e adequação ao direito ambiental constitucional (art. 225 da CF)	419
1.5.1. Condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitam os infratores a sanções penais (art. 225, § 3º, da CF)	419
1.5.2. Pessoas físicas e pessoas jurídicas são consideradas constitucionalmente infratoras diante da condição de poluidoras e estarão sujeitas a sanções penais (art. 225, § 3º, da CF)	420

Capítulo III — SANÇÕES PENAIS DERIVADAS DE CON- DUTAS E ATIVIDADES LESIVAS AO MEIO AMBIENTE (LEI FEDERAL N. 9.605/98)	422
1. Disposições gerais	422
2. Aplicação da pena	422
3. Inquérito civil no âmbito da Lei n. 9.605/98	423
4. Da ação e do processo penal	423
5. Dos crimes contra o meio ambiente	424
5.1. Dos crimes contra a fauna	424
5.2. Dos crimes contra a flora	425
5.3. Da poluição e outros crimes ambientais	426
5.4. A Justiça do Trabalho em face da Emenda Constitucional n. 45/2004 e a aplicação de sanções penais ambientais (Lei n. 9.605/98) no âmbito do meio ambiente do trabalho	426
5.4.1. Sanções penais derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente (Lei n. 9.605/98)	426
5.4.2. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 54 e os danos à saúde humana	429
5.4.3. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 54, § 2º, II, e a poluição atmosférica	430
5.4.4. Da poluição e outros crimes ambientais: o art. 56 e os produtos e substâncias tóxicas, perigosas ou nocivas à saúde	430
5.4.5. A Emenda Constitucional n. 45/2004 e a competência da Justiça do Trabalho visando sanções penais ambien- tais: o art. 114, I e IX, da Constituição Federal	431
5.5. Dos crimes contra o ordenamento urbano e o patrimônio cultural	433
5.6. Dos crimes contra a administração ambiental	434

Parte IV

TUTELA JURÍDICA DO ECOTURISMO NO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Capítulo I — O DIREITO AO LAZER VINCULADO AO ECOTURISMO	437
Capítulo II — O USO DOS BENS AMBIENTAIS EM PROVEITO DO ECOTURISMO	441
1. O uso do meio ambiente cultural em proveito do ecoturismo	441
1.1. Turismo religioso	442
1.2. Turismo gastronômico	445
1.3. Turismo histórico	448
1.4. Turismo arqueológico	450
2. O uso do meio ambiente artificial em proveito do ecoturismo	454
2.1. O uso do meio ambiente artificial vinculado às atividades esportivas	461
3. O turismo de saúde ou “turismo de cura” em face do direito ambiental brasileiro	462
4. O uso do meio ambiente natural em proveito do ecoturismo. O turismo de aventura	463
Capítulo III — O ECOTURISMO COMO ATIVIDADE ECONÔMICA VINCULADA ÀS RELAÇÕES JURÍDICAS DE CONSUMO	470
1. Direitos e deveres dos fornecedores	470
2. Direitos e deveres do ecoturista	474

Parte V

AGROPECUÁRIA SUSTENTÁVEL EM FACE DO DIREITO AMBIENTAL BRASILEIRO

Capítulo I — FUNDAMENTOS CONSTITUCIONAIS DA	
---	--

AGROPECUÁRIA COMO ATIVIDADE ECONÔMICA: AGRICULTURA E PECUÁRIA E SUA TUTELA JURÍDICA ...	479
Capítulo II — A AGRICULTURA NO PLANO JURÍDICO AMBIENTAL EM FACE DO CONTROLE TERRITORIAL	487
1. A flora como recurso ambiental (bem ambiental) e sua tutela jurí- dica infraconstitucional (patrimônio genético, sementes e mudas) ...	490
2. Agricultura com o emprego de técnicas que comportem risco para o meio ambiente e agricultura orgânica	492
Capítulo III — PECUÁRIA NO PLANO JURÍDICO AM- BIENTAL EM FACE DO CONTROLE TERRITORIAL	495
1. A fauna como recurso ambiental (bem ambiental) e sua tutela jurídica infraconstitucional (patrimônio genético)	496
2. Pecuária com o emprego de técnicas que comportem risco para o meio ambiente e pecuária orgânica	497

Parte VI

DIREITO AMBIENTAL TRIBUTÁRIO

Capítulo I — DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO COMO INSTRUMENTO VINCULADO À TUTELA DOS BENS AMBIENTAIS	501
Capítulo II — SISTEMA CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO E SEUS PRINCÍPIOS GERAIS: A DIGNIDADE DA PES- SOA HUMANA COMO FUNDAMENTO DESTINADO A INTERPRETAR OS IMPOSTOS, AS TAXAS E A CON- TRIBUIÇÃO DE MELHORIA	503
<i>I — Bibliografia básica</i>	511
<i>II — Teses e dissertações</i>	514
1) Teses	514
2) Dissertações	514
<i>III — Bibliografia complementar</i>	522